

# Arteris Fernão Dias

## Autopista Fernão Dias S.A.

CNPJ/MF nº 09.326.342/0001-70

### Relatório da Administração – 2025

**Pouso Alegre, 27 de fevereiro de 2026** – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A. (“Companhia” ou “Fernão Dias”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Relatório da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 (“2025”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados são constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes. Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Relatório da Administração, bem como as respectivas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**Introdução**  
A Autopista Fernão Dias S.A. (“Companhia” ou “Fernão Dias”), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 562,1 km da rodovia BR-381, eixo estratégico que conecta os polos econômico de São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG). A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033.

A malha rodoviária administrada pela Companhia atravessa 34 municípios nos estados de São Paulo e Minas Gerais, com forte relevância logística e econômica, atendendo a setores como indústria, comércio, agronegócio e serviços. A rodovia é 100% duplicada ou possui terceira faixa, e conta com 8 praças de pedágio em operação. O perfil de tráfego é majoritariamente composto por veículos pesados, que representam cerca de 70% do volume total, evidenciando sua importância para o transporte de cargas na região Sudeste.

A operação da Fernão Dias é marcada por investimentos contínuos em infraestrutura, segurança viária e atendimento ao usuário, com serviços como socorro médico e mecânico, inspeção de tráfego e atendimento 24 horas. A robustez do tráfego, aliada à previsibilidade contratual e à relevância estratégica da concessão, sustenta a geração de caixa e reforça a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

### Destaque Operacionais e Financeiros – 2025

**Tráfego Pedagiado**  
A Companhia apresentou crescimento de 4,2% no tráfego no exercício de 2025, com **194,1 milhões de veículos equivalentes**. O mix de veículos equivalentes foi de **71,9%** do tráfego representado por veículos pesados e **28,1%** por veículos leves.

**Recita de Pedágio**  
A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 583,5 milhões** em 2025, com crescimento de **8,0%** em relação ao ano anterior.

**EBITDA Ajustado e Margem**  
O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 381,8 milhões**, acréscimo de **10,9%**, com uma margem de **69,0%**, evolução de 1,7 p.p.

**Desempenho Operacional**  
**Tráfego Pedagiado**  
**Veículos Equivalentes (Mil)**

	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Total</b>	<b>49.627</b>	<b>48.114</b>	<b>3,1%</b>	<b>194.061</b>	<b>186.161</b>	<b>4,2%</b>
Leves	14.471	13.774	5,1%	54.617	53.111	2,8%
Pesados	35.156	34.341	2,4%	139.444	133.050	4,8%

Em 2025, a Fernão Dias registrou 194,1 milhões de veículos equivalentes, com crescimento de 4,2% em relação ao ano de 2024. O mix de tráfego manteve-se concentrado em veículos pesados, que representaram 71,9% do total, enquanto os veículos leves corresponderam a 28,1%. O desempenho no trimestre foi impulsionado por dois fatores principais:

- Veículos leves: crescimento de 2,8%, favorecido pelos eventos regionais, feriados prolongados e viagens de início e fim de ano.
- Veículos pesados: aumento de 4,8%, refletindo o bom desempenho das exportações, minérios de cobre e café, além do início da cobrança do eixo suspensão (MDF-e) a partir de maio/24.

No comparativo trimestral, o tráfego totalizou 49,6 milhões de veículos equivalentes no 4T25, alta de 3,1% frente ao 4T24. O crescimento foi puxado principalmente pelos veículos leves, com avanço de 5,1%, enquanto os veículos pesados apresentaram aumento de 2,4%.

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Tarifa Média</b>	<b>3,02</b>	<b>2,91</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,01</b>	<b>2,90</b>	<b>3,6%</b>

A tarifa média da Fernão Dias em 2025 foi de R\$ 3,01, representando um aumento de 3,6% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, a tarifa manteve-se no patamar, com crescimento de 3,9% frente ao 4T24.

A variação reflete os reajustes tarifários anuais previstos contratualmente, com data-base em dezembro, e calculados com base na variação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

**Desempenho Econômico-financeiro**  
**Recita Operacional**

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Recita Bruta</b>	<b>207.705</b>	<b>194.769</b>	<b>6,6%</b>	<b>818.599</b>	<b>800.976</b>	<b>2,2%</b>
Recitas de pedágio	150.120	140.029	7,2%	583.517	540.439	8,0%
Recitas de construção	53.174	51.866	2,5%	213.504	242.058	(11,8%)
Outras Recitas	4.411	2.874	53,5%	21.578	18.479	16,8%
<b>Deduções</b>	<b>(13.210)</b>	<b>(12.378)</b>	<b>6,7%</b>	<b>(51.909)</b>	<b>(47.738)</b>	<b>8,7%</b>
<b>Recita Operacional Líquida</b>	<b>194.495</b>	<b>182.391</b>	<b>6,6%</b>	<b>766.690</b>	<b>753.238</b>	<b>1,8%</b>
<b>Recita Operacional Líquida Ajustada¹</b>	<b>141.321</b>	<b>130.525</b>	<b>8,3%</b>	<b>980.194</b>	<b>995.296</b>	<b>(1,5%)</b>

1: Excluindo a Recita de Construção

**Recita de Pedágio:** A recita bruta de pedágio da Fernão Dias totalizou R\$ 583,5 milhões em 2025, um crescimento de 8,0% em relação ao ano de 2024. Esse desempenho reflete, principalmente, o impacto positivo dos reajustes tarifários contratuais e o aumento do tráfego na rodovia, além da implementação da cobrança do eixo suspensão (MDF-e) a partir de maio de 2024.

No comparativo trimestral, a recita atingiu R\$ 150,1 milhões no 4T25, representando uma alta de 7,2% frente ao 4T24.

**Recitas de Construção:** As recitas de construção totalizaram R\$ 213,5 milhões no exercício de 2025, representando uma redução de 11,8% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, o valor foi de R\$ 53,2 milhões no 4T25, aumento de 2,5% comparado ao 4T24. Essa linha representa um ajuste contábil, e não possui impacto no caixa da Companhia.

**Outras Recitas**  
As outras recitas totalizaram R\$ 21,6 milhões no exercício de 2025, crescimento de 16,8% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, o valor foi de R\$ 4,4 milhões no 4T25, alta de 53,5% na comparação com o 4T24.

O desempenho positivo reflete os reajustes contratuais aplicados no período, além da maior realização de recitas com a exploração de cabos ópticos e metálicos, bem como com painéis publicitários ao longo da rodovia.

### Custos e Despesas

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Custos e Despesas Operacionais (Caixa)</b>	<b>(46.646)</b>	<b>(43.537)</b>	<b>7,1%</b>	<b>(171.432)</b>	<b>(167.067)</b>	<b>2,6%</b>
Pessoal	(16.693)	(17.960)	(7,1%)	(62.836)	(59.988)	4,7%
Conservação	(6.842)	(5.597)	22,2%	(21.853)	(19.876)	9,9%
Serviços de terceiros	(9.326)	(8.922)	4,5%	(31.780)	(35.646)	(10,8%)
Seguros e garantias	(1.366)	(1.564)	(12,7%)	(5.503)	(6.052)	(9,1%)
Verba de fiscalização	(5.270)	(5.028)	4,8%	(20.980)	(20.008)	4,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(616)	2.154	(128,6%)	(7.383)	(1.944)	279,8%
Outros	(6.533)	(6.620)	(1,3%)	(21.097)	(23.553)	(10,4%)

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)</b>	<b>(119.295)</b>	<b>(201.618)</b>	<b>(40,8%)</b>	<b>(464.246)</b>	<b>(550.402)</b>	<b>(15,7%)</b>

Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Custo dos serviços de construção

Provisão p/ manutenção em rodovias

Depreciação e Amortização

**Custos e Despesas Operacionais** (165.941) (245.155) (32,3%) (635.678) (717.469) (11,4%)

Em 2025, os custos e despesas operacionais da Fernão Dias totalizaram R\$ 635,7 milhões, representando uma redução de 11,4% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, o valor foi de R\$ 165,9 milhões no 4T25, queda de 32,3% frente ao mesmo período do ano anterior. A redução se dá, principalmente, pela ausência de reconhecimento de Provisão para Redução ao Valor Recuperável no ano de 2025 e redução dos Custos dos serviços de Construção na comparação dos anos.

As principais variações no trimestre foram:

- Pessoal: aumento de 4,7%, totalizando R\$ 62,8 milhões, impulsionado pela aplicação de acordo coletivo de 4,87% em março/25 e reajuste do plano de saúde;
- Serviços de terceiros: retração de 10,8%, devido à eficiência na renegociação com o fornecedor de serviços de APH;
- Verba de fiscalização: aumento de 4,9% devido a reajuste inflacionário;
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: aumento nominal de R\$ 5,4 milhões, influenciada pelo aumento das provisões cíveis e trabalhistas no período;
- Custo dos serviços de construção: redução de 11,8%, métrica contábil que não possui efeito caixa e é integralmente compensada com as recitas de construções;

A Companhia segue com foco na disciplina de custos e na eficiência operacional, assegurando a continuidade dos serviços com qualidade e segurança.

**EBITDA e EBITDA Ajustado**

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>13.173</b>	<b>(78.285)</b>	<b>(116,8%)</b>	<b>56.968</b>	<b>(32.078)</b>	<b>(277,6%)</b>
(+) Depreciação e Amortização	57.796	49.008	17,9%	217.067	187.963	15,5%
(+) Resultado Financeiro	12.647	24.153	(47,6%)	68.051	76.479	(11,0%)
(+) IR e CSLL	2.734	(8.632)	(131,7%)	5.993	(8.632)	(169,4%)
<b>EBITDA¹</b>	<b>86.350</b>	<b>(13.756)</b>	<b>(727,7%)</b>	<b>348.079</b>	<b>223.732</b>	<b>55,6%</b>
<b>Margem EBITDA²</b>	<b>61,1%</b>	<b>(10,5%)</b>	<b>71,6 p.p.</b>	<b>62,9%</b>	<b>43,8%</b>	<b>19,2 p.p.</b>
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	8.325	6.595	26,2%	33.675	26.232	28,4%
(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	–	94.149	(100,0%)	–	94.149	(100,0%)
<b>EBITDA Ajustado³</b>	<b>94.675</b>	<b>86.988</b>	<b>8,8%</b>	<b>381.754</b>	<b>344.113</b>	<b>10,9%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada²</b>	<b>67,0%</b>	<b>66,6%</b>	<b>0,3 p.p.</b>	<b>69,0%</b>	<b>67,3%</b>	<b>1,7 p.p.</b>

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Recitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

No exercício de 2025, o EBITDA da Fernão Dias totalizou R\$ 348,1 milhões, alta de 55,6% em relação ao ano de 2024, com margem de 62,9%. No comparativo trimestral, o EBITDA somou R\$ 86,3 milhões no 4T25, frente ao prejuízo de R\$ 13,8 milhões no 4T24.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos contábeis sem impacto caixa, como a reversão da provisão para manutenção de rodovias e a provisão para redução ao valor recuperável, atingiu R\$ 381,8 milhões em 2025, avanço de 10,9% e margem de 69,0%. No comparativo trimestral, o indicador alcançou R\$ 94,7 milhões no 4T25, incremento de 8,8%. O desempenho reflete, principalmente, o aumento da recita de pedágio, impulsionada pelo reajuste tarifário e pelo crescimento do tráfego no período.

**Depreciação e Amortização**

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>57.796</b>	<b>49.008</b>	<b>17,9%</b>	<b>217.067</b>	<b>187.963</b>	<b>15,5%</b>

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 217,1 milhões em 2025, representando um aumento de 15,5% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, o valor foi de R\$ 57,8 milhões no 4T25, crescimento de 17,9% frente ao 4T24. A variação reflete, principalmente, a evolução da base de ativos intangíveis e imobilizados, em linha com os investimentos realizados pela Companhia na modernização e manutenção da infraestrutura da rodovia.

**Resultado Financeiro**

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(12.647)</b>	<b>(24.153)</b>	<b>(47,6%)</b>	<b>(68.051)</b>	<b>(76.479)</b>	<b>(11,0%)</b>
Recitas financeiras	25.996	14.373	80,9%	87.138	61.909	40,8%
Despesas financeiras	(38.623)	(38.526)	0,3%	(155.169)	(138.382)	12,1%
Variação cambial, liq.	(20)	–	–	(20)	(6)	233,3%

Em 2025, a Fernão Dias apresentou despesa financeira líquida de R\$ 68,1 milhões, redução de 11,0% em relação ao ano de 2024. A queda é explicada pelo aumento das receitas financeiras (+40,8%), que totalizaram R\$ 87,1 milhões, impulsionadas por maior saldo de aplicações e elevação das taxas de juros médias. Por outro lado, as despesas financeiras somaram R\$ 155,2 milhões, crescimento de 12,1% frente ao ano anterior, refletindo o aumento do IPCA no período.

No comparativo trimestral, o resultado financeiro líquido foi de uma despesa de R\$ 12,6 milhões, queda de 47,6% em relação ao 4T24. As receitas financeiras cresceram 80,9%, totalizando R\$ 26,0 milhões, enquanto as despesas financeiras atingiram R\$ 38,6 milhões, movimento em linha comparado ao 4T24.

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>IR e CSLL</b>	<b>(2.734)</b>	<b>8.632</b>	<b>(131,7%)</b>	<b>(5.993)</b>	<b>8.632</b>	<b>(169,4%)</b>
Corrente	–	(220)	(100,0%)	–	(220)	(100,0%)
Diferido	(2.734)	8.852	(130,9%)	(5.993)	8.852	(167,7%)

A Fernão Dias apurou despesa de IR e CSLL de R\$ 2,7 milhões no 4T25, na comparação com recita de R\$ 8,6 milhões no 4T24. No exercício de 2025, registrou-se despesa de R\$ 6,0 milhões, em relação à recita de R\$ 8,6 milhões em 2024.

O movimento foi integralmente explicado pelo imposto diferido – não houve imposto corrente nos períodos – refletindo a reversão/consumo de ativos fiscais diferidos reconhecidos em 2024 e a constituição de passivos fiscais diferidos em 2025, à medida que evoluíram as diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal. Trata-se de efeitos contábeis (não caixa).

**Resultado Líquido**

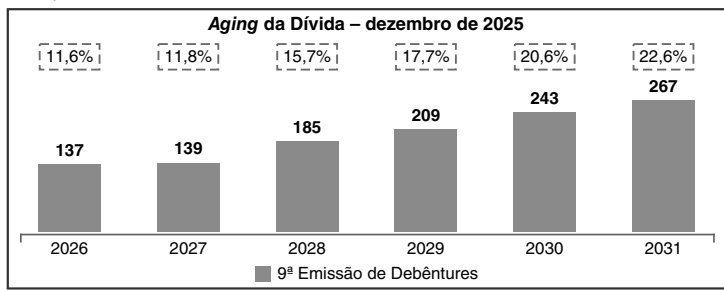
R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>13.173</b>	<b>(78.285)</b>	<b>(116,8%)</b>	<b>56.968</b>	<b>(32.078)</b>	<b>(277,6%)</b>

A Fernão Dias encerrou o exercício de 2025 com lucro líquido de R\$ 57,0 milhões, em relação ao prejuízo de R\$ 32,1 milhões em 2024. No 4T25, o lucro líquido foi de R\$ 13,2 milhões, na comparação com o prejuízo de R\$ 78,3 milhões no 4T24. A virada do resultado decorre, principalmente, (i) da ausência de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) em 2025 e (ii) de um resultado financeiro menos pressionado no período.

**Endividamento**

R\$ mil	4T25	3T25	Δ%
<b>Dividas Brutas</b>	<b>1.164.275</b>	<b>1.134.739</b>	<b>2,6%</b>
Curto Prazo	134.584	114.033	18,0%
Longo Prazo	1.029.691	1.020.706	0,9%
<b>Posição de Caixa</b>	<b>720.000</b>	<b>646.907</b>	<b>11,3%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	655.989	632.807	3,7%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	64.011	14.100	354,0%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>444.275</b>	<b>487.832</b>	<b>(8,9%)</b>

1: Curto e Longo Prazo  
Ao final do 4T25, a dívida bruta da Fernão Dias totalizou R\$ 1.164,3 milhões, aumento de 2,6% em relação ao 3T25. A posição de caixa alcançou R\$ 720,0 milhões, avanço de 11,3% no trimestre, impulsionada principalmente pela linha de aplicações financeiras vinculadas, com um aumento nominal de R\$ 49,9 milhões. Como resultado, a dívida líquida foi reduzida para R\$ 444,3 milhões, uma queda de 8,9% em relação ao trimestre anterior, refletindo a estratégia da Companhia de preservação de liquidez e disciplina financeira.



Em 2025, 100% da dívida total da Companhia estava atrelada à 9ª Emissão de Debêntures, 100% indexada ao IPCA.

**Investimentos Realizados**

R\$ Mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
<b>Investimentos</b>	<b>58.411</b>	<b>59.025</b>	<b>(1,0%)</b>	<b>235.840</b>	<b>309.311</b>	<b>(23,8%)</b>

Em 2025, a Fernão Dias investiu R\$ 235,8 milhões, redução de 23,8% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, os investimentos totalizaram R\$ 58,4 milhões no 4T25, queda de 1,0% comparado ao 4T25.

Entre as obras concluídas, destacam-se a recuperação das estruturas localizadas nos km 856+315 e 846+650, que incluíam reparos subaquáticos, tratamento de fissuras e intervenções em juntas de dilatação; além da estabilização de taludes com solo grampado nos km 521+000/521+100, 518+200 e 518+940. No período, houve avanços significativos em frentes de grande porte nos km 521+900, 522+500, 523+500, 525+400 e 525+700, todas com conclusão prevista para março de 2026.

**Previsão de Investimentos Futuros**

R\$ Mil	2026 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	–
Recuperações/Manutenções	–
<b>Total</b>	<b>–</b>







# Arteris Fernão Dias

## Autopista Fernão Dias S.A.

CNPJ/MF nº 09.326.342/0001-70

... continuação das Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato. Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia. O saldo de R\$13.785 em 31 de dezembro de 2024, refere-se a adiantamentos a fornecedor classificados no ativo não circulante como parte do contrato das obras de terceira faixa da Rodovia BR381/SP com a Azvedo & Travassos Infraestrutura Ltda. Embora os adiantamentos tenham sido realizados para aplicação em obras, devido a rescisão dos contratos, o adiantamento foi classificado como contas a receber uma vez que esse valor não se converterá em serviços prestados. O referido valor estava suportado por apólices de seguro garantia contratual, qual mediante acionamento da Sociedade pelas garantias, foi recebido em 10 de julho de 2025.

**14. Arrendamento Mercantil a Pagar** – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Saldo inicial</b>	<b>13.430</b>	<b>517</b>	<b>13.947</b>	<b>17.083</b>
Remensurações	13.634	12.855	26.489	3.114
Adições	1.278	12.835	14.113	1.123
Utilizações (*)	(25.632)	–	(25.632)	(22.115)
Ajuste a valor presente – AVP	2.975	–	2.975	–
Transferências	3.001	(3.001)	–	11.909
<b>Total</b>	<b>8.686</b>	<b>23.206</b>	<b>31.892</b>	<b>13.430</b>

(\*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$23.543 (R\$20.072 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2027	8.694	–
2028	4.974	–
2029	5.763	–
2030	3.775	–
<b>Total</b>	<b>23.206</b>	<b>–</b>

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são respectivamente R\$423 e R\$1.948 para PIS e Cofins (R\$365 e R\$1.681, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). A Administração revisa a taxa de desconto periódico e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a taxa média é de 14,44% a.a. (13,02% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	84	–	64	–
Veículos operacionais	26	109	26	109
Imóveis	40	125	40	125
Outros	223	260	223	260

**15. Transações com Partes Relacionadas** – As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
<b>Controladora/Outras Partes Relacionadas</b>				
Contas a receber:				
Fluminense S.A. (a)	8	1	–	–
Litoral Sul S.A. (b)	–	–	–	–
<b>Contas a receber de partes relacionadas circulante</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Total parte relacionada no ativo circulante</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Controladora/Outras Partes Relacionadas</b>				
Contas a pagar:				
Arteris S.A. - controladora (a)	10.655	6.599	10.655	6.599
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>10.655</b>	<b>6.599</b>	<b>10.655</b>	<b>6.599</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Debêntures a pagar:				
Arteris S.A. - controladora (b)	141.354	124.000	141.354	124.000
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>141.354</b>	<b>124.000</b>	<b>141.354</b>	<b>124.000</b>

	31/12/2025		31/12/2024	
	Não circulante	Total	Não circulante	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>124.000</b>	<b>124.000</b>	<b>111.965</b>	<b>111.965</b>
Juros provisionados	20.416	20.416	14.136	14.136
IR recuperado	(3.062)	(3.062)	(2.121)	(2.121)
<b>Saldo final</b>	<b>141.354</b>	<b>141.354</b>	<b>124.000</b>	<b>124.000</b>

**Despesas financeiras (b)**

	31/12/2025	31/12/2024
Controladora		
Arteris S.A.	(20.416)	(14.136)
<b>Total</b>	<b>(20.416)</b>	<b>(14.136)</b>

**Despesas gerais (a)**

	31/12/2025	31/12/2024
Controladora		
Arteris S.A.	(17.901)	(16.577)
<b>Total</b>	<b>(17.901)</b>	<b>(16.577)</b>

**Outras partes relacionadas**

	31/12/2025	31/12/2024
Fluminense S.A.	14	118
Via Paulista S.A.	17	–
<b>Total</b>	<b>(17.879)</b>	<b>(16.459)</b>

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da holding, em base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arcuem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem "Outras partes relacionadas" estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas. (b) Decorrentes da 5ª e 8ª emissões de debêntures privadas série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20/05/2019	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	76.007	54.409	76.007	38.369
05/09/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	3.438	7.500	2.123
<b>Total</b>			<b>83.507</b>	<b>57.847</b>	<b>83.507</b>	<b>40.492</b>
			<b>141.354</b>	<b>124.000</b>		

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$4.783 (R\$7.496 em 31 de dezembro de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluindo os encargos, dos quais R\$1.570 (R\$1.752 em 31 de dezembro de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$3.213 (R\$5.744 em 31 de dezembro de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$1.522 sem encargos para o exercício de 2025 (R\$814 para o exercício de 2024). Em relação as transações com partes relacionadas, elas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social.

As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado. **16. Benefícios a Empregados** – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$3.177 e R\$3.201. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade prevê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

**17. Provisões** – (a) **Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, regulatórios e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas
Adições	1.341	13.297	–	609
Reversões	895	4.602	–	1.185
Pagamentos	1.723	1.621	–	157
Encargos	103	–	–	54
<b>Total</b>	<b>4.062</b>	<b>19.520</b>	<b>(12.137)</b>	<b>71</b>

(b) **Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas
Adições	2.069	5.693	–	1.341
Reversões	2.445	3.668	–	895
Pagamentos	3.509	1.723	–	1.723
Encargos	152	5	–	103
<b>Total</b>	<b>8.175</b>	<b>11.089</b>	<b>(9.145)</b>	<b>4.062</b>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em razão da assinatura do TAC em 27 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade deduziu o montante de R\$3.509, referente aos processos regulatórios administrativos prováveis que foram objeto da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Possíveis	Cíveis	Possíveis	Cíveis
Trabalhistas	788	2.593	–	–
Ambiental	446	454	–	–
Regulatório	15.517	14.072	–	–
<b>Total</b>	<b>35.816</b>	<b>29.615</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc. Os depósitos judiciais no montante de R\$4.972 em 31 de dezembro de 2025 (R\$17.694 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT. (b) **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. (c) **Provisão para investimentos:** A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investi-mentos em rodovia	Manuten-mentos em rodovia	Investi-mentos em rodovia	Manuten-mentos em rodovia	Investi-mentos em rodovia	Manuten-mentos em rodovia
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>77.946</b>	<b>31.040</b>	<b>5.864</b>	<b>34.420</b>	<b>83.810</b>	<b>65.460</b>
Adições/Reversões	–	7.482	3.661	26.193	3.661	33.675
Utilizações	–	(36.125)	–	–	–	(36.125)
Ajuste a valor presente	–	2.043	–	2.850	–	4.655
Transferências	(77.946)	24.726	–	77.946	(24.726)	–
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>–</b>	<b>29.166</b>	<b>90.321</b>	<b>38.499</b>	<b>90.321</b>	<b>67.665</b>

**18. Patrimônio Líquido** – Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$1.733.585, composto por 2.962.381.424 ações ordinárias e sem valor nominal. Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Reserva legal e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. **Juros sobre o capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Está limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à taxa de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

**19. Recetas** – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços prestados	583.517	540.439
Receita de serviços de construção	213.504	242.058
Outras receitas	21.578	18.479
<b>Receita bruta</b>	<b>818.599</b>	<b>800.976</b>
ISSON	(29.177)	(27.973)
FIS	(3.938)	(3.647)
COFINS	(18.176)	(16.834)
Outras deduções	(618)	(234)
<b>Receita líquida</b>	<b>766.690</b>	<b>753.238</b>

**20. Custos e Despesas por Natureza** – Estão representados por:

	31/12/2025	31/12/2024
Custos:		
Com pessoal	(42.906)	(40.947)
Serviços de terceiros	(28.460)	(32.818)
Conservação	(21.855)	(19.876)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.353)	(3.528)
Indenizações à terceiros	(51)	(94)
Transportes	(9.386)	(8.993)
Verba de fiscalização	(20.980)	(20.008)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(32)	(418)
Seguros/Garantias	(5.472)	(6.031)
Provisão de manutenção em rodovias	(33.675)	(26.232)
Indenizações à terceiros	(213.504)	(242.058)
Custos de serviços da construção	(215.182)	(186.125)
Depreciação/Amortização	(2.446)	(1.264)
Outros	(603.487)	(595.223)
<b>Total</b>	<b>(603.487)</b>	<b>(595.223)</b>

**21. Resultado Financeiro** – Está representado por:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	84.499	56.566
Atualização de créditos fiscais	2.499	719
Outras receitas	198	51
<b>Total</b>	<b>87.138</b>	<b>57.338</b>

**22. Demonstração dos Fluxos de Caixa** – (a) **Caixa e equivalente de caixa:** A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. (b) **Informações suplementares**

	31/12/2025	31/12/2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	223.634	249.524
Total das adições de imobilizado (b)	273	200
Juros capitalizados – debêntures (a)	(1.656)	(13.739)
<b>Total</b>	<b>222.251</b>	<b>235.985</b>

**23. Lucro (Prejuízo) por Ação** – O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(139.722)	(122.088)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(10.480)	(6.595)
Outras despesas	(4.967)	(5.128)
<b>Total</b>	<b>(155.169)</b>	<b>(133.811)</b>

(\*) Do total dos juros de debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$141.378 o montante de R\$1.656 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração de fluxo de caixa de investimento (R\$135.827 e R\$13.739 em 31 de dezembro de 2024).

**24. Instrumentos Financeiros** – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

|--|

**arteris**  
Fernão Dias

**Autopista Fernão Dias S.A.**

CNPJ/MF nº 09.326.342/0001-70

... continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável; b) testes de integridade e acurácia dos relatórios utilizados para a determinação do reconhecimento de receita; ii) execução de projeções independentes com base em premissas históricas realizadas de volume de tráfego e tarifa definida e, com base no resultado obtido, comparação com os registros contábeis da Sociedade; iii) execução de teste, em base amostral, sobre as receitas de arrecadação de pedágio ocorridas no exercício, a fim de avaliar a ocorrência e exatidão das transações; e iv) avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências, não significativas, nos controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados considerados relevantes, bem como ajustes imateriais, o que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Para as deficiências identificadas, a Sociedade apresentou evidências mitigatórias. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar os ajustes por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras. **Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 26 de fevereiro de 2025, sem modificações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse

relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 3 de março de 2026.

**Deloitte Touche Tohmatsu**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Manoel P. da Silva**  
Contador  
CRC nº 1 SP 205664/O-2

**Deloitte.**

# ANUNCIE NO

 **Diário do  
Comércio**

O ponto de encontro,  
análise e debate sobre a  
economia em Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007

comercial@diariodocomercio.com.br  
diariodocomercio.com.br



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP nº 2.200-2  
de 24/08/2001.  
A autenticidade pode ser  
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 05/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para  
acessar a página de **Publicidade Legal** no portal  
do **Jornal Diário do Comércio**. Acesse também através do link:

<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/05-03-2026-p1>

